

Witzel quer que CNJ reveja veto a juiz em conselho fora do Judiciário

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), disse que espera que o Plenário do Conselho Nacional de Justiça reverta a recomendação para que magistrados não integrem conselhos, comitês ou comissões estranhas ao Poder Judiciário.

Tânia Rego / Agência Brasil



Wilson Witzel havia indicado o desembargador do TJ-RJ Antônio Jayme Boente para presidir o Consperj.
Tânia Rego / Agência Brasil

Em seu primeiro dia de governo, Witzel extinguiu a Secretaria de Segurança Pública e [criou](#) o Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (Consperj), composto, entre outros, de magistrados e integrantes do Ministério Público. Porém, a Constituição e as leis orgânicas da magistratura e do MP determinam que a única função adicional que os profissionais dessas carreiras podem exercer é a de magistério. Como o posto no conselho tem natureza política, é inconstitucional e ilegal indicar juízes e membros do MP para esses cargos, apontaram especialistas ouvidos pela **ConJur**.

Com esse fundamento, o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, [recomendou](#), nesta segunda-feira (7/1), que os magistrados devem se abster de exercer funções, ainda que de caráter honorífico, consultivo e sem remuneração, “em conselhos, comitês, comissões ou assemelhados, de natureza política ou de gestão administrativa de serviços vinculados a poder ou órgão estranhos ao Poder Judiciário, inclusive em Conselhos de Segurança Pública”.

Por meio de sua assessoria de imprensa, Witzel disse à **ConJur** que há outros conselhos que também possuem membros do Judiciário. Sendo assim, o governador declarou que espera que o Plenário do CNJ analise a recomendação do corregedor nacional de Justiça e a reconsidere.

Date Created

08/01/2019